MONITORIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ORGANIZAÇÃO, SUPERVISÃO E MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

Jenifer Paula de Moura PADOVAN / Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Câmpus de Bauru. E-mail: jenifer.padovan@unesp.br

Ana Paula Ferreira BELIZÁRIO / Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Câmpus de Bauru. E-mail: ana.p.belizario@unesp.br

Katia de Abreu FONSECA / Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Câmpus de Bauru. E-mail: katia.fonseca@unesp.br

Vera Lucia Messias Fialho CAPELLINI / Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências, Câmpus de Bauru. E-mail: vera.capellini@unesp.br

Eixo temático: Eixo 5 – Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

E-mail do primeiro autor: jenifer.padovan@unesp.br

Palavras-chave: Inclusão. Monitoria. Mediação.

1. Introdução

A Educação Inclusiva é um compromisso ético, social e educacional assegurado por diversos dispositivos legais como a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e pela Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (Brasil, 2026). Apesar dos avanços, ainda há desafios na formação dos profissionais, nas adaptações pedagógicas e na implementação de práticas participativas no cotidiano escolar. Nesse contexto, a monitoria entendida como uma ação de acompanhamento e apoio ao processo de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial mostra-se uma mediação essencial entre estudante e ambiente escolar, reafirmando que a inclusão escolar envolve pertencimento, participação e oportunidades reais de aprendizagem.

A monitoria desempenha um papel importante na mediação entre estudantes, e ambiente escolar, contribuindo para práticas mais equitativas e sensíveis às singularidades dos estudantes. Este relato apresenta a atuação de uma monitora para efetivação da inclusão escolar destacando suas vivências, estratégias, desafios e reflexões construídas a partir do acompanhamento de um estudante, evidenciando o sentido humano e social da inclusão.

2. Descrição da Experiência

Os monitores são acompanhados pela equipe de coordenação do projeto por meio de supervisões semanais via Google Meet e por canais de comunicação por Google Classroom, e-mail e WhatsApp. Este relato, de abordagem qualitativa onde os dados descritivos obtidos têm como foco o processo (Lüdke; André, 1986) destaca desafios, estratégias e aprendizagens construídas no acompanhamento de um estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em contexto inclusivo.

A experiência ocorreu em uma escola municipal de Botucatu, vinculada ao projeto interinstitucional “Ampliando Culturas, Políticas e Práticas Pedagógicas Inclusivas”, desenvolvido pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. Participaram a monitora a equipe escolar e o estudante do 5º ano do Ensino Fundamental diagnosticado no Transtorno do Espectro Autista, nível de suporte 2, identificado neste relato pelo nome fictício “Lucas”, preservando sua identidade.

Durante o acompanhamento escolar de Lucas mostrou - se comunicativo, afetuoso, colaborativo buscava interagir com colegas e adultos, revelando desejo de participar das atividades e de sentir-se pertencente ao grupo. Demonstrava satisfação quando conseguia concluir atividades com ajuda e buscava compartilhar conquistas com os adultos e colegas próximos. As estratégias de mediação e adaptações pedagógicas, como apoio visual, atividades fragmentadas, objetos manipuláveis, rotina visual, jogos fonológicos e reforço positivo, favoreceram sua participação nas atividades coletivas e na sua autonomia.

3. Discussão/Resultados

A mediação constante mostrou que pequenas adaptações na comunicação, na organização das atividades e no ambiente favorecem maior participação, Lucas passou a realizar as tarefas com mais segurança, ampliou a interação com colegas e demonstrou autonomia ao pedir ajuda.

Em um episódio de desregulação emocional diante de uma atividade não concluída, foi essencial respeitar seu tempo e compreender o comportamento como forma de comunicação. A situação envolveu choro, tensão corporal e recusa em permanecer na carteira. Nesse momento, foi fundamental respeitar o tempo do estudante, compreendendo que o comportamento apresentado era uma forma de comunicar o sofrimento diante da proposta não concluída. A partir das orientações

recebidas nas supervisões do projeto, a monitora utilizou estratégias como tom de voz baixo, aproximação lenta e respeitosa, oferta de um espaço mais tranquilo, frases curtas e previsíveis e validação emocional.

Em alguns minutos, o estudante se regulou emocionalmente e retornou às atividades com apoio, essa experiência possibilitou compreender que situações de desregulação exigem sensibilidade, escuta e acolhimento. Mais do que controlar comportamentos, foi necessário compreender o que o estudante estava tentando comunicar naquele momento. A experiência reforçou a importância do manejo comportamental humanizado e da formação contínua para os profissionais envolvidos na educação inclusiva. As supervisões semanais, os relatórios mensais e os espaços de comunicação do projeto possibilitaram trocas de experiências, acolhimento das dificuldades e construção coletiva de estratégias pedagógicas mais inclusivas, contribuindo para maior segurança na atuação da monitoria.

4. Considerações Finais

A experiência mostrou que a inclusão escolar requer sensibilidade, planejamento, formação contínua e colaboração entre os profissionais. A monitoria foi essencial para promover mediação, acolhimento e desenvolvimento acadêmico e social do estudante. Mais que uma função técnica, revelou-se uma vivência humana, construída nas relações e no respeito às singularidades. Práticas inclusivas devem integrar a cultura escolar como compromisso ético com o direito de todos à aprendizagem e ao pertencimento. Que um dia falar em inclusão seja algo tão orgânico que nem precise ser mencionado, pois todos, sem exceção, estarão naturalmente incluídos.

5. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, publicado em 18 maio 2026. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-mec-n-421-de-15-de-maio-de-2026-706292988. Acesso em: 18 mai. 2026.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU. 1986.